



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 51ª
(QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR A QUESTÃO DA POLUIÇÃO SONORA E OUTROS
PROBLEMAS QUE INCOMODAM MORADORES
DO DISTRITO FEDERAL,
DE 10 DE JUNHO DE 2010**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Erika Kokay e Raad Massouh

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 29 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 12 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|--------------------------|---------------------------|
| • Benedito Domingos – PP | • Paulo Tadeu – PT |
| • Cabo Patrício – PT | • Raad Massouh – DEM |
| • Chico Leite – PT | • Raimundo Ribeiro – PSDB |
| • Erika Kokay – PT | • Reguffe – PDT |
| • Milton Barbosa – PSDB | • Wilson Lima – PR |

Obs.: O Deputado Aylton Gomes – PR encontra-se em licença médica, de acordo com o AMD nº 54/2010, e a presidente da sessão, Deputada Erika Kokay, comunica que o Deputado Batista das Cooperativas – PRP se encontra em licença médica.

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Erika Kokay):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.



2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Erika Kokay):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.076, de 2010, da Deputada Erika Kokay e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir a questão da poluição sonora e outros problemas que vêm incomodando profundamente os moradores de diferentes áreas residenciais do Distrito Federal.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADA ERIKA KOKAY**, presidente da sessão
- **DEPUTADO RAAD MASSOUH**, presidente da sessão
- **DEPUTADO REGUFFE** – PDT
- **ESTELA MARIA OTON DE LIMA**, Administradora Regional de Brasília – RA I
- **GEORGIANO TRIGUEIRO FERNANDES**, Diretor-Geral da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS
- **GUSTAVO SOUTO MAIOR**, Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM
- **HELIETE BASTOS**, Presidenta do Conselho Comunitário da Asa Sul
- **ELBER BARBOSA**, representante do Conselho Comunitário do Sudoeste
- **ARTUR BENEVIDES**, Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Apresenta dados referentes às denúncias de poluição sonora registradas no IBRAM, destacando que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, este é o terceiro maior problema ambiental do mundo.

– Define poluição sonora, de acordo com a Lei nº 4.092/2008, que trata do controle da poluição sonora e dos limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos no DF.

– Explica que, conforme os procedimentos de medição em níveis de avaliação dos ruídos para ambientes externos especificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, existe uma diferenciação entre os ruídos permitidos nas áreas urbana e rural.

– Lembra o caso do morador da Asa Sul espancado por um grupo de jovens por reclamar do barulho em frente à sua residência.

– Pontua três aspectos fundamentais: o planejamento urbano, a cidadania, e a relação entre o poder do Estado e a sua capacidade de fiscalização.

ARTUR BENEVIDES, Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul

– Julga haver uma enorme discrepância entre o valor dos impostos pagos pela comunidade e os benefícios recebidos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Mostra fotos que comprovam abusos cometidos por comerciantes e a realização de obras, inclusive em órgão público, fora do horário permitido.
- Indaga qual a lei que permite a abertura de supermercados durante 24 horas no DF.
- Destaca o excesso de lixo, a invasão de áreas públicas e a falta de acessibilidade nos comércios locais.
- Chama a atenção para a imagem de pássaros mortos por se chocarem com um prédio todo revestido de vidro espelhado, o que, em sua opinião, comprova a falta de estudo de impacto ambiental.
- Adverte que os detritos acumulados em bocas de lobo são a causa dos recorrentes problemas de enchentes no Plano Piloto.
- Denuncia a colocação de faixas e cartazes de publicidade nos postes de iluminação, o corte de árvores sem autorização do Governo e a existência de uma torre de celular na 406 Sul, contrariando a legislação local.

DEPUTADO REGUFFE – PDT

- Parabeniza a Deputada Erika Kokay pela iniciativa desta comissão geral.
- Aplauda o ato de cidadania de Artur Benevides por fiscalizar e fotografar infrações encontradas.
- Manifesta seu desejo de que o Poder Público providencie as soluções necessárias.
- Considera absurda a existência de uma torre de telefonia celular em cima de um bloco residencial.
- Exemplifica os problemas de poluição sonora no Distrito Federal citando as obras em Águas Claras, que violam os horários estabelecidos por lei e ignoram a exigência de permissão do Poder Público para a realização de obras aos domingos e feriados.
- Alerta quanto à possível repetição do ocorrido em um posto de gasolina da Asa Sul, desta vez no Eixinho Norte.
- Salienta que as invasões de área pública devem ser reprimidas pelo Poder Público, sob pena de deixar a cidade sem ordem nem lei.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

- Contrasta índices de ruído estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para os períodos diurno e noturno em sítios, fazendas, áreas residenciais e industriais com os decibéis emitidos por diferentes atividades para demonstrar o nível de incompatibilidade com as normas existentes.

ELBER BARBOSA, representante do Conselho Comunitário do Sudoeste

- Elogia a Deputada Erika Kokay por esta iniciativa.
- Salienta a repetição do modelo defeituoso do Plano Piloto no Sudoeste, no que tange à implantação, nos comércios locais, de estabelecimentos que não respeitam os anseios da comunidade e refere-se à cassação do alvará do bar *Nana Banana*.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Conta que o bar produzia altos índices de poluição sonora e, a despeito das inúmeras queixas a vários órgãos públicos, somente com a ajuda do Ministério Público houve a cassação do alvará.

– Aponta dificuldades para conter os abusos, uma vez que a AGEFIS parece prestar atendimento somente em horário comercial e os órgãos de segurança não têm como medir a intensidade sonora.

– Lamenta que, a despeito das recorrentes denúncias feitas pelo Conselho de Segurança da RA XXII, o Estado não tenha tomado providências com relação às festas no Parque da Cidade, próximo ao Sudoeste, até a morte de um rapaz por *overdose*.

– Aborda a questão dos quiosques e reclama dos incômodos causados pelo *Quiosque da Rosa*, instalado no Cruzeiro.

– Ressalta que os órgãos públicos não tomam qualquer providência a respeito do assunto e chama a atenção para a fragmentação de responsabilidades entre diversos órgãos, que cria empecilhos à resolução dos problemas.

– Sugere aos parlamentares a apresentação de um projeto de lei que crie uma agência nos moldes do Na Hora, para concentrar as reclamações dos cidadãos e agilizar o atendimento.

– Agradece a oportunidade de participar desta comissão geral.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Cita mensagens de moradores de diferentes partes do Plano Piloto.

– Informa que esteve, junto com o Deputado Reguffe, na 403 Sul e pôde constatar, após medição do nível de decibéis, que o ruído na área está muito acima do permitido e que há uma sobrecarga nos estacionamentos em função do grande fluxo de pessoas atraídas pelos bares do comércio local.

HELIETE BARROS, Presidenta do Conselho Comunitário da Asa Sul

– Reforça as reclamações apresentadas pelos oradores que a antecederam.

– Lê duas mensagens eletrônicas enviadas por moradores: um denuncia o descumprimento de decisão judicial impetrada contra igreja próxima à quadra 306 Sul e outro, a ocupação das praças das entrequadras por jovens barulhentos durante a madrugada.

– Reclama da ineficiência da polícia, da AGEFIS e do IBRAM com relação às queixas da comunidade.

– Destaca que o superdimensionamento de estabelecimentos comerciais exacerba os problemas dos moradores e questiona a concessão dos alvarás de funcionamento pela Administração Regional.

– Sugere que a Casa estabeleça novo horário de funcionamento para postos de conveniência e supermercados em áreas residenciais.

– Cita matéria do Jornal da Comunidade de domingo passado sobre a instalação de uma imobiliária na 102 Sul para dar apoio a quinhentos corretores e pergunta como a empresa foi liberada sem a existência de garagem para os frequentadores.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Cobra da Administração de Brasília a devolução de uma faixa que confeccionou para mostrar que a recuperação da calçada da 314 Sul está sendo executada pela prefeitura da quadra e não pelo Governo.

GUSTAVO SOUTO MAIOR, Presidente do IBRAM

– Sustenta que os problemas citados não são fruto apenas da ausência de fiscalização, mas também da falta de educação da sociedade e que, como morador do Plano Piloto, também é vítima do impacto da poluição sonora.

– Atesta a incapacidade do IBRAM em resolver a questão, devido a seu reduzido quadro de pessoal, apesar de o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 002, assinado por diversas autoridades em 2007, exigir a adoção de um órgão ambiental de licenciamento e fiscalização, com servidores concursados.

– Frisa que boa parte das queixas que recebem envolve estabelecimentos que nem sequer têm alvará de funcionamento, o que deve ser fiscalizado pelas administrações regionais ou pela AGEFIS e não pelo instituto.

– Registra que alguns desses comércios apresentam o alvará, apesar de estarem em desacordo com a Lei nº 4.092/2008, que estabelece a obrigatoriedade de isolamento acústico para a concessão ou renovação dos alvarás dos locais que pretendem oferecer música ao vivo ou mecânica.

– Relaciona outros problemas de poluição sonora que poderiam ser resolvidos pelas administrações regionais, pelo DETRAN ou pela própria polícia.

– Denuncia as pressões sofridas por parte de empresários e de parlamentares, inclusive desta Casa, para reabertura do comércio sempre que fecha algum bar em razão de reclamações da comunidade.

– Acentua a necessidade de regras para a realização de festas com palco que exijam autorização da administração regional e orientação do IBRAM quanto ao isolamento acústico.

– Apresenta dados acerca das denúncias recebidas e de providências adotadas pelo instituto em 2009.

– Esclarece que o IBRAM não proibiu as igrejas católicas de tocarem seus sinos, como divulgado pela imprensa: apenas aplicou advertência contra a Igreja São Pedro de Alcântara, em atendimento à reclamação de um morador de que os sinos emitiam ruído acima do permitido, o que foi comprovado pelo órgão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Lê mensagem do ex-Prefeito Comunitário da 308 Sul, Eduardo Chaves, congratulando a Câmara Legislativa pela iniciativa.

GEORGIANO TRIGUEIRO FERNANDES, Diretor-Geral da AGEFIS

– Explana o funcionamento da carreira de fiscalização de atividades urbanas.

– Descreve as dificuldades enfrentadas nos últimos dois anos, desde a criação da Agência de Fiscalização do DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Relata como foram iniciados o aparelhamento físico e a estruturação do trabalho da fiscalização para permitir o desenvolvimento das ações fiscais.
- Informa que grande parte das ações da AGEFIS é provocada por demandas encaminhadas pelo número telefônico 156.
- Acrescenta que a agência fiscalizadora tem um dos maiores índices de atendimento à população por esse canal; mas, apesar disso, há 15% de demandas não atendidas.
- Sienta que esse percentual equivale a 7 mil processos, o que implica a necessidade de uma logística adequada.
- Observa que a legislação que trata da concessão de alvarás e licenças de funcionamento mudou três vezes em quatro anos, o que gera insegurança jurídica.
- Adverte que a possibilidade de interdição de atividade, de forma direta e imediata, pela fiscalização foi retirada no decreto normativo da nova lei.
- Expõe obstáculos a serem enfrentados como a adequação do planejamento urbano e a garantia de condições de trabalho e segurança para os agentes da fiscalização.
- Destaca que uma das missões da agência é proteger a qualidade de vida da comunidade.
- Manifesta-se disposto a participar dos debates e contribuir para o desenvolvimento de ações.

ESTELA MARIA OTON DE LIMA, Administradora Regional de Brasília

- Felicita a Comissão de Assuntos Sociais pela iniciativa desta comissão.
- Diz conhecer os problemas de poluição sonora da cidade e sofrer também suas consequências.
- Avalia que, após um mês à frente da Administração de Brasília, sua visão tornou-se mais crítica e aguçada, a ponto de requerer do Governo um tratamento diferenciado para a região.
- Realça que, embora não caiba à administração a função de retirar faixas das ruas, providências foram tomadas e, em relação à queixa da Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, avisa que vai averiguar o ocorrido.
- Repara que muitos comerciantes desconhecem a proibição do uso de faixas no Distrito Federal.
- Certifica que os alvarás emitidos na atual gestão exigem isolamento acústico, além de anuência do IBRAM e da Prefeitura da vizinhança; porém, há mandados judiciais que obrigam a abertura de exceções.
- Lamenta a ausência nesta comissão de representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA.
- Destaca a importância de conhecer, fazer cumprir e melhorar a legislação existente.
- Insiste quanto à necessidade de aparelhamento e estreitamento dos laços entre os diferentes órgãos envolvidos na questão para o desenvolvimento dos programas do Governo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Esclarece que a administração não dispõe de fiscais e, para servir a tais propósitos, recorre à AGEFIS.

DEPUTADO CHICO LEITE – PT

– Julga que o desenvolvimento sustentável é o grande desafio dos gestores públicos.

– Discorre sobre o Projeto de Lei nº 1.569/2010, de sua autoria, que disciplina o horário de execução de obras de construção civil no Distrito Federal.

– Comenta episódio ocorrido na Europa, no início do século XX, devido à suspensão pela Corte Alemã das obras de ferrovias sob a alegação de que morriam muitas pessoas em decorrência de acidentes ou incidentes, para exemplificar a necessidade de contemporização de direitos e interesses no exercício da função pública.

– Lista os benefícios decorrentes da aprovação de seu projeto, elaborado com base em informações prestadas por moradores de Águas Claras.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

– Comenta projeto de lei, em tramitação na CLDF, que estabelece a obrigatoriedade de consulta à população para a retirada de árvores.

CLAYTON FARIA MACHADO, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília – SINDHOBAR

– Pede a atenção dos parlamentares ao apresentarem e aprovarem projetos em Plenário, a fim de evitar a criação de novos problemas sociais ou o incremento dos já existentes.

– Crê que dois projetos de lei em tramitação na Casa, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Batista das Cooperativas, respectivamente, trarão mais transtornos à população.

– Alega que não há como evitar o congestionamento nos estacionamentos das quadras no horário de almoço e à noite devido à grande concentração de pessoas circulando nestes horários, e insinua que o estacionamento em locais impróprios independe da ocupação das vagas por seus clientes.

– Contrapõe aos ruídos provocados pelo comércio os gerados por atividades desenvolvidas por órgãos públicos.

– Adverte que o fechamento dos bares e restaurantes até a meia-noite contraria a pretensão do Governo de manter os turistas em Brasília.

– Propõe a destinação de uma área específica para a instalação de bares, casas de espetáculos e boates, a fim de resolver de vez o problema, uma vez que os Setores de Diversão Sul e Norte, previstos para esse fim, foram tomados pelo mercado imobiliário.

– Justifica que muitas reclamações decorrem da venda de salas comerciais para moradia.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

FREDERICO FLÓSCULO BARRETO, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB

– Apresenta-se como representante do Programa de Assessoramento Técnico a Iniciativas da Comunidade, que presta assistência à sociedade na defesa dos seus interesses, pautado na ciência do urbanismo e na ciência ambiental.

– Explica que a poluição sonora envolve diversos aspectos de dimensões ambientais fundamentais e que é necessário atentar para o critério da comunidade.

– Manifesta espanto com o fato de a advocacia urbana no DF apresentar inversão de prioridades quanto a demandas comunitárias e prioridades de Governo.

– Repudia a fiscalização fragmentada existente no Distrito Federal.

– Ressalta que o problema diz respeito ao predomínio do interesse público sobre o privado.

– Estranha o fato de o IBRAM não ter seus quadros estruturados, a despeito do grande número de servidores contratados pelo GDF.

– Considera que Brasília deveria ser exemplo de fiscalização e modelo de ação ambiental no país.

– Cumprimenta a Câmara Legislativa do Distrito Federal pela oportunidade de discussão.

BRUNA PINHEIRO, Diretora de Planejamento da AGEFIS

– Compara o número de fiscais existentes no IBRAM e na AGEFIS e constata que, estatisticamente, esta última possui menos fiscais, embora consiga atender 85% das demandas recebidas.

– Sustenta que 20% do quadro de fiscalização de atividades econômicas trabalham em ações noturnas e no final de semana.

– Revela que, no caso do bar *Nana Banana*, a AGEFIS promoveu a remoção de mesas e cadeiras e operação de autuação de ocupação de área pública, além de solicitar à Administração Regional a revogação do alvará de funcionamento do estabelecimento.

– Informa que a agência está impedida por liminar de fazer apreensão de mesas e cadeiras em “puxadinhos” e quiosques.

– Menciona a proposta da agência de criação de um batalhão e uma delegacia específicos para fiscalização urbana.

ODILA MASSANA SENISE, Prefeita da SQS 206

– Afirma que tem reclamado reiteradamente ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU da sujeira na área.

– Ressalva que a preocupação atual dos habitantes locais é a invasão da quadra poliesportiva por moradores de rua, usuários e traficantes de drogas.

– Diz que ela própria já foi vítima de assalto e solicita policiamento ostensivo, especialmente à noite.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RICARDO PIRES, Presidente do Diretório do PPS da 1ª Zona Eleitoral

- Elogia a Câmara Legislativa pela iniciativa de debater os problemas do dia a dia da população do DF.
- Comenta que esteve recentemente em Miami e Paris, e pôde constatar que, não obstante serem cidades turísticas, lá os bares e restaurantes fecham antes da meia-noite.
- Desmente a alegação de que os bares e restaurantes fecham às 22 horas, uma vez que, quando estava à frente da Administração de Brasília, em 2008, assinou duas ordens de serviço, após acordo com os comerciantes, autorizando os estabelecimentos a fecharem à uma hora da manhã, durante a semana, e às duas, nos finais de semana.
- Salienta que, durante sua gestão, conseguiu reduzir a poluição visual no Plano Piloto.
- Avalia que a questão, assim como a grande ocorrência de acidentes de trânsito, está ligada diretamente ao uso de transporte individual e que poderia ser minimizada com a melhoria do transporte público coletivo e o incentivo ao seu uso, que provocaria o retorno das pessoas para suas residências mais cedo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, presidente da sessão

- Enfatiza a necessidade da atuação efetiva do Estado no planejamento urbano e na fiscalização.
- Acrescenta que o planejamento urbano deve ter como foco principal a comunidade, cujos interesses devem ser priorizados.
- Manifesta-se contra os estabelecimentos de grande porte nos comércios locais das quadras.
- Critica o desaparecimento dos órgãos do Estado.
- Declara desconhecer a existência de fiscalização de obras nos finais de semana pela AGEFIS.
- Aponta a ineficiência do telefone 156.
- Sugere assegurar na Lei de Diretrizes Orçamentárias proposta de concurso público para todas as instituições, aumento de número de fiscais e aparelhamento dos órgãos.
- Propõe a apresentação de indicação para criação de um batalhão como força auxiliar para o cumprimento da fiscalização.
- Opina que a legislação atual deveria ser revista para possibilitar uma intervenção imediata, de acordo com a situação.
- Pede licença para retirar-se da comissão e justifica sua saída.

GUSTAVO SOUTO MAIOR, Presidente do IBRAM

- Responde a Artur Benevides que, pela nossa legislação, nenhum dos empreendimentos de vidro espelhado mostrados por ele – entre os quais, o prédio da Procuradoria Geral da República – é passível de licenciamento ambiental.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Crê que se deve trabalhar com a realidade, a despeito da diminuta quantidade de fiscais existentes.
- Imputa à falta de educação da sociedade 90% dos problemas observados.
- Frisa que, se as administrações regionais atentarem para os critérios para concessão e renovação de alvarás, haverá um progresso significativo na situação.
- Clama por aumento do percentual orçamentário para o IBRAM e otimização dos equipamentos da AGEFIS.
- Coloca-se à disposição da CLDF para tentar melhorar os serviços oferecidos.

ELBER BARBOSA, representante do Conselho Comunitário do Sudoeste

- Revela sua descrença com relação à atuação do Poder Público, em face dos pronunciamentos das autoridades aqui presentes.
- Solicita atenção especial dos parlamentares para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos e seus impactos, que permanecem inexplicados, e sugere a realização de uma audiência pública para prestar os esclarecimentos necessários à população.

ARTUR BENEVIDES, Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul

- Cumprimenta o presidente e os fiscais do IBRAM pela sua atuação, mas não concorda que o problema decorra apenas da falta de educação da sociedade: ele está diretamente ligado ao consumo excessivo de bebida alcoólica.
- Reforça que o telefone 156 não funciona; porém, adverte que, apesar de não ter poder de polícia, a fiscalização não pode se omitir de exercer sua função.
- Discorda da interpretação da Diretora de Planejamento da AGEFIS de que a liminar concedida aos bares e restaurantes proíbe a retirada de mesas e cadeiras das calçadas.
- Rebate a declaração da Administradora Regional de Brasília quanto ao desconhecimento da legislação pelos comerciantes e afirma que o que falta é o Estado ser mais severo na aplicação das multas devidas.
- Elogia o presidente do SINDHOBAR, Clayton Machado, por exercer o seu trabalho sem causar transtornos à comunidade, mas argumenta que os moradores estacionam em locais impróprios porque os frequentadores dos bares e restaurantes ocupam as vagas destinadas às residências.
- Lamenta que os problemas persistam apesar das mudanças no Governo.

GEORGIANO TRIGUEIRO FERNANDES, Diretor-Geral da AGEFIS

- Descreve o teor de decisão judicial que trata da remoção de bens móveis e imóveis, ademais de suspender a iniciativa de efetuar demolição total ou parcial em estabelecimentos.
- Registra que o caso foi levado para a Procuradoria do Distrito Federal para questionamento, dado que o desembargador entendeu que a apreensão de mesas e cadeiras constituía tentativa de burlar o cumprimento da decisão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Assevera que a fiscalização não está omissa, mas precisa de meios e regras claras para desempenhar sua função.

DEPUTADO RAAD MASSOUH, presidente da sessão

– Anuncia que a Indicação nº 8.562/2010, de sua autoria, sugere a criação de um setor de gastronomia, com a parceria do IBRAM, da AGEFIS, da Administração Regional e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

– Defende a remoção de bares e restaurantes com música ao vivo dos comércios locais.

– Cita a Cidade do Automóvel como exemplo bem-sucedido de criação de um setor próprio para abrigar uma atividade específica.

– Afirma que a solução para o problema dos ruídos excessivos é a elaboração de uma proposta definitiva e não a adoção de ações paliativas.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Raad Massouh):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

*Este texto não substitui o publicado no **Diário da Câmara Legislativa** nº 110-Suplemento, de 18/6/2010.*